

O metabolismo do capitalismo: uma perspectiva sobre a economia desinteressada

NATALIA DA SILVA MALAGUTTI SANTOS

nataliamalagutti@gmail.com

RODRIGO LIBANEZ MELAN

rodrigo.libanezm@gmail.com

O metabolismo do capitalismo: uma perspectiva sobre a economia desinteressada

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre o metabolismo econômico a partir das contribuições de Karl Polanyi e Pierre Bourdieu. O pensamento de Polanyi defende que a economia é uma novidade histórica, já que nenhuma outra sociedade foi controlada por um padrão institucional definido como um sistema auto-regulável, dirigido por preços. Enquanto o pensamento de Bourdieu acerca da economia, propõe uma análise sobre a separação mendaciosa dos fundamentos que mantém ativo o metabolismo econômico, levando em consideração três dimensões que são esquecidas pela ciência econômica: a histórica, social e política. O conceito de sustentabilidade é conduzido como coadjuvante para a manutenção do rompimento do ciclo biológico, mediante transformação da sua essência em culto à expansão infinita. O resultado da pesquisa proporcionou uma perspectiva negativa do sistema econômico atual com a sustentabilidade, pois a manutenção do seu metabolismo proporciona a insustentabilidade, uma vez que, substitui os critérios qualitativos de avaliação dos campos da realidade, pelos quantitativos de acúmulo de capital, conduzindo assim para uma ação socialmente negativa.

Palavras Chave: Metabolismo econômico, desinteresse econômico, sustentabilidade

ABSTRACT

This article aims to discuss economic metabolism since Karl Polanyi and Pierre Bourdieu contributions. Polanyi's thinking holds that economics is a historical novelty, since no other society has been controlled by an institutional pattern defined as a self-regulating price-driven system. While Bourdieu's thinking about economics proposes an analysis of the mendacious separation of fundamentals that keeps the economic metabolism active, taking into account three dimensions that are forgotten by economic science: historical, social, and political. The concept of sustainability is led as a support for the maintenance of the rupture of the biological cycle, by transforming its essence into a cult of infinite expansion. The result of the research provided a negative perspective of the current economic system with sustainability, since the maintenance of its metabolism provides unsustainability, since it replaces the qualitative criteria of evaluation of the fields of reality, by the quantitative accumulation of capital, thus leading for a socially negative action.

Key Words: economic metabolism, economic disinterest, sustainability

O Paradoxo do Metabolismo Econômico: Autofagia

O atendimento das necessidades individuais e sociais pode ser compreendido por meio do metabolismo econômico, no qual terra, trabalho e dinheiro são ingeridos para se obter os produtos e serviços a serem vendidos no mercado. Na sociedade hodierna tal processo ocorre no baluarte das estruturas capitalistas, as quais se assentam no pressuposto de que o saciar dessas necessidades emana da ingestão da oferta disponibilizada por meio de um empreendimento (WEBER, 2006). Em tais processos, distinguem-se os objetivos dos metabolismos econômico capitalista e humano: o primeiro traz o crescimento infinito em seu bojo. Já o segundo, trata da manutenção da vida. Aqui poder-se-ia questionar a validade daquela afirmação, argumentando-se em favor da sobrevivência do sistema econômico capitalista, enquanto forma de troca, como fim de seu metabolismo.

A contraposição ao objetivo metabólico cuja afirmação se realiza acima encontra aderência em Weber (2006), pois, conforme ele expõe, o pressuposto mais geral para a existência de tal economia é a contabilidade racional dos capitais, a qual, por sua vez, requer apropriação privada dos meios de produção; liberdade de mercado e do trabalho; técnica e direito racionais (calculáveis); e disponibilização de títulos de participação em empresas e de renda (comercialização da economia) (WEBER, 2006). No entanto, compreende-se que os efeitos gravitacionais da força da perspectiva de crescimento exercem relevante incentivo àqueles que almejam empreender, atraindo-os a diferentes mercados por meio de caminhos quantificáveis (racionais) e se materializando, uma vez que se encontra em um mercado, no lucro. Ora, no caso em não mais houver posições disponíveis ao novo empreendedor, ainda assim se faz necessário o crescimento potencial? Não se trata de uma expansão finita, cujo limite é dado pela satisfação da demanda, ou seja, o fim próprio da economia capitalista (a troca) para se garantir o metabolismo humano?

Tais dúvidas são dirimidas quando se observa que a necessidade de crescimento econômico vai além do fomento do ímpeto empreendedor e da realização do lucro, pois a relação de causa e efeito entre, respectivamente, o crescimento infinito e a sobrevivência do sistema econômico capitalista esmorece na medida em que a consistência do primeiro implica ameaça ao segundo. Isso é verificado, por exemplo, na degradação das condições da reprodução de seu próprio metabolismo, quais sejam, aquelas que asseguram os fluxos de terra, trabalho e dinheiro, que perfazem a segunda contradição do capitalismo (O'CONNOR, 2002). Outrossim, os níveis terríveis de concentração de riqueza (ou de disseminação de mazelas) vêm corroborar a afirmação dos excessos da economia realizada acima. Obviamente, a continuidade de tal economia é desejável por aqueles que perseguem seu crescimento, pois consiste, deste, no substrato. Não obstante, torna-se um fim *per se*, um disseminar ontológico portador de seu próprio paradoxo.

Se a expansão econômica é condição e mote da existência da troca capitalista, em que constitui obstáculo à sua realização enquanto forma de assegurar o metabolismo humano? Além das implicações deletérias de sua adoção, expressas nos polos antagônicos que emergem do resultado de uma digestão desigual (obesidade econômica e esqualidez humana), afirma-se que a pressuposição da ausência de limites para o seu crescimento torna-o inadequado para tal tarefa, vis-à-vis esses limites existirem. Nesse sentido, os produtos e serviços que deveriam ser ofertados em quantidades cada vez maiores, não seriam suficientemente disponibilizados, em algum ponto do tempo e dada a tecnologia da época. Aqui, novamente, poder-se-ia questionar acerca da validade dessa afirmação, expondo-se a pertinência do con-

traexemplo da refutação do pensamento malthusiano de outrora pelos avanços tecnológicos. Nota-se, todavia, que ao se assumir esse posicionamento, ignoram-se os processos neguentrópicos, associados à produção de biomassa a partir da transformação de energia solar (LEFF, 2010). Ou seja, o otimismo jacintiano¹ acerca da panaceia da tecnologia regozija-se na falácia do discurso que relega a “[...] lei-limite da entropia [...]” (LEFF, 2010, p. 29). Uma concepção matemática da impossibilidade de coexistência entre o crescimento infinito da economia capitalista e a produção e reprodução neguentrópica da biomassa do planeta é apresentada a seguir e visa o esclarecimento do que foi exposto anteriormente. Para tanto, toma-se “ V_D ” como a velocidade de demanda de biomassa necessária (D) à oferta capitalista para a ocorrência de sua expansão; “ V_O ”, sua velocidade de oferta pelos sistemas naturais considerando seus limites entrópicos da disposição de biomassa (O); e “ t ”, o tempo ao qual a demanda e a oferta se referem. Portanto:

$$V_D = D/t \quad (1)$$

$$V_O = O/t \quad (2)$$

Tomando-se, ainda, uma quantidade “ S_0 ” de biomassa inicial e seu estoque “ E ”, multiplicando-se (1) e (2) por “ t ” e subtraindo-se da oferta de biomassa sua demanda, tem-se:

$$E = O - D = S_0 + t*(V_O - V_D) \quad (3)$$

Da expressão (3) observa-se que se V_D é maior do que V_O , ou seja, quando a velocidade de demanda por biomassa supera a velocidade de sua oferta, então há diminuição do estoque desse recurso (E). É de se esperar que a expansão consistente da economia implique a superação de V_O por V_D em algum momento, pois a energia solar, fonte do processo neguentrópico, atuará como fator limitante da variação positiva de V_O , mesmo no uso mais eficiente da mais eficiente tecnologia disponibilizada; ao passo que V_D apresentará incremento infinito pela demanda crescente de recursos em um mesmo intervalo temporal. Não seria possível, então, a manutenção do processo metabólico capitalista sem pressupor sua expansão ilimitada? A resposta pode ser encontrada em Blauwhof (2012), quem, ao considerar o imperativo do crescimento desse tipo de economia, refuta tal possibilidade.

Se os metabolismos tratados anteriormente apresentam fins que se excluem mutuamente em seus resultados, à medida que o campo social se encontra apoiado nas e se reproduz pelas estruturas instáveis e perniciosas da troca capitalista, caracterizando uma economia autofágica, qual a razão da coexistência, até então, desses propósitos antagônicos? Argumenta-se, a seguir, conforme expõe Polanyi (2000), que motivo dessa contradição emerge do desacoplamento do campo econômico e social, bem como da inversão hierárquica entre eles. Assim,

[o] rápido esboço dos sistemas econômicos e dos mercados, tomados em separado, mostra que até a nossa época os mercados nada mais eram do que acessórios da vida econômica. Como regra, o sistema econômico era absor-

¹ Jacinto de Tormes é o protagonista do romance A cidade e as serras, de Eça de Queirós, publicado em 1901. O personagem mantinha uma relação de grande apreço à tecnologia, o que pode ser verificado na fórmula por ele defendida: “suma ciência x suma potência = suma felicidade”. Todavia, essa relação era marcada por sua frustração ao interagir com os aparatos tecnológicos (SOUZA, 2011).

vido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele. O princípio da permuta ou troca subjacente a esse padrão não revelava qualquer tendência de expandir-se às expensas do resto do sistema. (POLANYI, 2000, p. 89)

Portanto, quando a economia adquire *status* ontológico, afrouxa os laços que a mantém ligada ao fornecimento cooperativo dos recursos necessários à reprodução da vida e encontra, no mercado capitalista, seu objetivo de disseminação sem fim que ameaça preda o campo do qual a economia provém. Polanyi (2000) afirma que a concepção da independência entre essas instâncias da realidade é falaciosa, pois, embora a manutenção de certa ordem na troca econômica seja necessária, ela se insere no campo social. Assim, ao observar a relação histórica entre essas instâncias, expõe que a segregação “naturalizada” entre elas possui gênese no século XIX, o qual marcou o início da institucionalização da independência (POLANYI, 2000).

Afirma-se, ainda, a ocorrência, nesse processo, da inversão de hierarquias entre os campos social e econômico, com este assumindo maior grau de importância do que aquele. Tal mudança na conformação de posições relativas manifesta-se na mercantilização pré-metabolismo dos “recursos” terra e trabalho, alijando-os de sua concepção ampla. É o que afirma Polanyi (2000, p. 93), para quem

[...] o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado.

Trata-se, portanto, de se transmutar a natureza, abstendo-a de sua diversidade de sentidos, para concebê-la enquanto massa amorfa adequada à acumulação de capital (O’CONNOR, 2002). São denominadas, nesse sentido, de mercadorias fictícias, destinadas à venda no mercado, embora, notadamente, não possam ser consideradas, apenas, em seu valor enquanto recurso para manutenção do metabolismo capitalista (POLANYI, 2000). À medida que a expansão econômica é o objetivo do seu funcionamento e a transmutação da natureza e do ser humano em terra e trabalho é possível pelo desacoplamento entre sociedade e economia, a continuidade desta implica ameaça potencial e real (efeitos da exploração do planeta que se expressam, por exemplo, em sua poluição) àquela e a si própria.

Polanyi (2000) expõe que o desenvolvimento do capitalismo culminou na separação das esferas social e econômica, bem como na inversão de hierarquia entre elas, a despeito de sua indissociabilidade. Esta é abordada a seguir na perspectiva de Pierre Bourdieu, para quem os distintos campos da realidade estão imersos no jogo econômico.

Economia à bourdiesiana: todos campos no mesmo prato

Bourdieu (2004) analisa a separação dos fundamentos que mantém o metabolismo econômico por meio do conceito de capitais, expresso nas competências distintas incorporadas por agentes e que podem ser encontradas tanto em sua realidade social, quanto nas relações deles com essa realidade, tornando, assim, a busca científica uma abordagem diretamente associada com a significação do mundo social dada pelo agente. Essa legitimação, intrínse-

ca e ao mesmo tempo dependente das inúmeras externalidades atribuídas, gratuita ou inculcada, à mente do indivíduo, participa dos pensamentos polanyianos quando trata das mercadorias fictícias “terra” e “trabalho”, ou propriedade e mão de obra na acepção marxista, na percepção do desacoplamento entre o mundo social e o mundo econômico. Segundo Bourdieu (2004), tais campos são indissociáveis, o que, afirma-se adiante, elucida a transversalidade dos impactos que se originam nas ações econômicas.

Assim como estruturas conhecidas e não reconhecidas universalmente, cujo entendimento depende do sentido de regionalização, o capital, mais precisamente o econômico, fundamenta a essência de qualquer outro (cultural, social e político) na medida em que financia o tempo de construção de competências que o econômico não é capaz de comprar (BOURDIEU, 2011). Tendo em vista que o capital, para esta teoria, é reconhecido como meio, o capital econômico torna-se um capital simbólico, pois

[este] reside no controle de recursos simbólicos baseados sobre o conhecimento e o reconhecimento, como a imagem da marca (*goodwill investment*), a fidelidade à marca (*brand loyalty*), etc.; poder que funciona como uma forma de crédito, ele supõe a confiança ou a crença dos que lhe estão submetidos porque estão dispostos a atribuir crédito (é este poder simbólico que invocam Keynes, quando afirma que uma injeção de dinheiro funciona se os agentes crêem que ela funciona [...]). (BOURDIEU, 2007, p. 25).

A transformação de princípios, legados, e até mesmo dons, pelo capital econômico para o mundo social, proporciona uma volta confusa e até mesmo ignorante do sentido das coisas. Ora, se em uma sociedade pré-capitalista, a cultura, os princípios e o reconhecimento eram advindos de uma herança familiar transformada em capitais eruditos que proporcionavam aquilo que o capital econômico não conseguia proporcionar sozinho, como consiste, então, o sistema de uma sociedade quiasmática, onde a classe dominante é determinada pela posse da soma de capitais econômicos? Esse questionamento atribuído aos estudos de Bourdieu e interpretado pelos autores, considera que a sociedade capitalista proporciona uma separação mendaciosa entre capital material (econômico) e os denominados, em um senso comum, como simbólicos (cultural e social), perfilando um falso interesse desinteressado do primeiro para o segundo (BOURDIEU, 1996). Ou seja, a falsa desvinculação de um para outro proporciona uma mudança no modo em que o mundo vê e interpreta o trabalho, transformando-o em um interesse desinteressado pelo capital econômico no contexto do interesse maior pela moeda.

Esta formação capitalista, de método de distinção universal, é o que Bourdieu (2011) chama de lucros inconscientes e lucros da inconsciência. A atribuição do economicismo no primeiro e a simbologia no segundo, proporciona uma possibilidade de abandono de ambos os lados. Enquanto uns encontram no economicismo meios para isentar seus lucros, outros deixam o perverso terreno econômico para concentrar seus esforços ao que se é, e não ao que se tem. Essa abordagem está implícita no cotidiano de campos relativamente autônomos, como o literário e artístico. No entanto, afirma-se, aqui, que os laços da economia se estendem, até mesmo, para estes, fazendo-os orbitar em sua zona de influência, haja vista que o pertencimento ao mundo econômico é inevitável aos dias de hoje. De que outra forma poderia existir o símbolo, considerando sua expressão material e a necessidade material daquele quem o elabora, sem as trocas capitalistas?

O dinheiro não é o único trunfo para se diferenciar em atividades econômicas, para Bourdieu (2007), o fato de pertencer a um campo dominante é um elemento a ser considerado

para explicar a posição de uma elite específica no campo econômico. Bourdieu (2007) salienta que a posição na estrutura de relações de força, inseparavelmente econômicas e simbólicas, que define o campo da produção, orienta, por intermédio de uma avaliação prática ou consciente das oportunidades objetivas de lucro, as características dos agentes ou instituições, assim como estratégias que eles acionam na luta que os opõe.

A ciência econômica, a despeito de enxergar que participa de um campo diversificado, reconhecendo seus pressupostos e insuficiências, ainda carrega o peso da pressão estrutural, que esbraveja sob os agentes econômicos, enquanto homens ou enquanto profissionais da economia, uma atitude adicional daquela inscrita apenas nas necessidades. Os agentes desse campo, especialmente as organizações, são legitimadas pelo volume de seus capitais, oferta aquilo que foram legitimadas para ofertar, ou seja, a dominação exercida por elas está correlacionada com a crença atribuída dos agentes para a organização, logo, a estrutura como um todo permite a oferta de mercados e produtos. Consiste, pois, o mercado, um produto de uma construção social, interpretado com um artefato histórico do qual somente a história pode dar conta. O discurso econômico mostra sua ortodoxia, expondo o campo como um puro dado e a oferta e a demanda como algo naturalizado (BOURDIEU, 2005).

Dessa forma, a perspectiva histórica de reproduções do metabolismo podem ser percebidas e também consideradas estáticas ao passo que se obtém o conhecimento sobre a comparação entre a antiga sociedade feudal e a sociedade capitalista contemporânea. A primeira revelando a Igreja como instituição determinante para o empoderamento e concessão do direito divino aos senhores feudais, a partir da posse de controle de armas, terras e riquezas. A segunda encarregando as escolas e a própria sociedade como distribuidores de poder, tendo em vista fatores culturais, sociais e econômicos incorporados e legitimados pelos agentes (BOURDIEU, 1996). Para os dois tempos históricos, os interesses baseiam-se naquilo que o capital econômico proporciona e não naquilo que o capital econômico é. O valor atribuído às moedas de ouro e prata, hoje conhecidas como dinheiro digital, não representa a dominação, mas representa o meio para alcançá-la. Todavia, é na sociedade contemporânea que ocorre o aparente desacoplamento entre o campo econômico e social, com a prevalência daquele em relação a este, implicando a disseminação das preocupações com a gula capitalista e as tentativas simbólicas de mitigá-la e absolver seus pecadores.

Sustentabilidade: a legitimação da insustentabilidade

O conceito de sustentabilidade pode conduzir aquele que tenta apreender seu sentido por caminhos diversos de compreensões/ações sobre os problemas que impactam os distintos campos da realidade, como o social, econômico, ambiental, cultural, entre outros. Nesse sentido, uma definição absoluta do termo não será apresentada aqui, mas se afirmará a possibilidade de uma acepção relacional do conceito. Portanto, um cenário de maior sustentabilidade será aquele que, se comparado com outro, abarcará, em acordo ao exposto anteriormente, processos menos entrópicos (ou mais neguentrópicos) e mais interessados (ou menos desinteressados).

No campo das atividades econômicas capitalistas, as quais se expressam por meio do metabolismo cujo fim é o crescimento infinito, os cenários sucessivos estão relacionados a maiores níveis de entropia. Isso decorre do rompimento, promovido por essas atividades, dos ciclos biológicos, que são responsáveis por processos neguentrópicos. Assim, “[m]aior produtividade e maior produção representam uma maior eficiência na geração de alta entropia, na

transformação da baixa entropia em lixo e poluição” (STAHHEL, 1994, p. 110). O capitalismo atua, nesse contexto, como propulsor da insustentabilidade, uma vez que substitui os critérios qualitativos de avaliação dos campos da realidade, pelos quantitativos de acúmulo de capital (STAHHEL, 1994). Terra e trabalho, ou natureza e ser humano, são metabolizados, enquanto mercadorias fictícias e desinteressadas, para garantir a expansão ontológica do sistema econômico. Troca-se a completude pré-insumo desses entes pela completude aparente de um mercado capaz de conduzir a sociedade a maiores níveis de bem-estar. No entanto, conforme afirma Stahel (1994), as bases nas quais se assentam o capitalismo (a economia política de Adam Smith) nem mesmo possuem fundamentação teórico-lógica, consistindo em ideologia cuja própria evidenciação empírica encontra-se ameaçada.

A separação entre os campos social e econômico (POLANYI, 2000), por tratar-se de uma concepção espúria da realidade, traz, nesta (soma-se, aqui, a primazia do segundo sobre o primeiro), importantes impactos concernentes à emergência/intensificação de diversas mazes. Não se pode produzir e reproduzir o capitalismo sem as bases finitas das quais depende, o que, no caso inverso, implica a contradição entre a lei-limite da entropia e a necessidade de expansão infinita do metabolismo econômico (STAHHEL, 1994). Como tratar de sustentabilidade, então, no campo que fomenta a insustentabilidade? Qual a razão de se proceder dessa forma? Para respondê-las, argumenta-se, a seguir, sobre a falácia de se adotar a economia capitalista no endereçamento de tal preocupação e a legitimidade fornecida por esse sistema na manutenção da busca de seu crescimento.

Uma das formas de se refrear o ritmo de deglutição da natureza e dos seres humanos é por meio de mecanismos de internalização, no mercado, das externalidades produzidas pelas atividades econômicas. Aqui, Stahel (1994) afirma o embuste em que consiste tal ação, caracterizado pelo duplo movimento de quantificação daquilo que se esperam resultados qualitativos: do mercado para a sustentabilidade nos diversos âmbitos com o qual se relaciona e destes para aquele. Nesse sentido, também problemáticas são as cotas, passíveis de questionamentos sobre seus critérios de definição e controle (STAHHEL, 1994), além de irem de encontro aos objetivos expansionistas do metabolismo econômico. Ademais, é notável, na apreciação qualitativa da sustentabilidade no bojo do capitalismo, o emergir de uma contradição fundamental: a oposição ao pressuposto mais geral para a existência desse sistema, qual seja a contabilidade racional de capitais (WEBER, 2006). Assim, abordar a sustentabilidade, compreendida enquanto cenários sucessivos menos entrópicos, no campo econômico capitalista expressa ameaça à sua continuidade, tanto pela objeção ao crescimento infinito que resulta de e é mister em seu processo metabólico, quanto pela inversão qualitativa necessária à apreciação dos distintos campos da realidade.

E quanto à possibilidade de desenvolver mercados financeiros que tratam de ativos “sustentáveis”, como aqueles dos índices constituídos pelas ações de empresas consideradas exemplos de melhores práticas na área ou das carteiras de investimentos que primam por tais ativos em seus portfólios? Mais uma vez, o culto à expansão infinita atua na promoção de cenários entrópicos e encontra, na financeirização do capitalismo, mesmo que pintado de verde, uma forma de imbuir a economia com efeitos relativísticos ao avesso: ao se aumentar a velocidade exigida para os retornos sobre o capital, diminui-se o tempo em que a realização de lucro pelo meio industrial deve ocorrer. O capital econômico, torna-se uma expansão de crédito, ou dinheiro que não encontra meios para alcançar bens e serviços verdadeiros, saltando por cima da sociedade, e buscando a expansão mais fácil por meio de compras de terras ou investimentos em papéis, que resultam na anomalia econômica deste tempo (O’CONNOR, 2000)

Considerações

Apesar da cognição sobre os sistemas nequentrópicos atribuídas inicialmente por esta pesquisa, e tendo em vista o conhecimento das diversas manifestações internacionais sobre a preocupação com o sistema natural (Estocolmo, World Commission on Environment and Development - WCED, Rio+10, Rio+20, e etc.), o homem contemporâneo continua atribuindo seu interesse para as mercadorias fictícias elaboradas pelo capitalismo. Tais produções simbólicas escondidas no interesse desinteressado pelo capital econômico, privam os lucros simbólicos que o trabalho pode proporcionar e conseqüentemente transforma o homem social em um ser de reprodução e não de produção. Este olhar subjetivo do trabalho do ser social justifica o interesse apresentado pela sustentabilidade social, que aborda o homem como ser intelectual, capaz de modificar seu contexto atual (LÉLÉ, 1991).

Porém, o trabalho, que é a forma materializada da subjetividade humana, na sociedade capitalista proporciona a troca do interesse econômico pelo desinteresse social e cultura, transformando o fetiche humano em números digitais insaciáveis. Vale ressaltar que as organizações compartilham desta abordagem na medida em que impõe o poder simbólico (BOURDIEU, 2012) por meio do controle do discurso, principalmente daquele vinculado à sustentabilidade, uma vez que disseminam políticas enraizadas no capitalismo (O'CONNOR, 2002)

Ressalta-se ainda, que não é possível um capitalismo sustentável, haja vista que não há equilíbrio entre a ação sustentável e ideologias apresentadas por organizações possuidoras de poder O'Connor (2002). Esta separação irreal da economia, da vida social e cultural no sistema capitalista, propicia que a sustentabilidade seja tratada como uma falácia no meio organizacional e uma ideologia no meio social, haja vista que o capitalismo proporciona a insustentabilidade daqueles que não possuem parte significativa do capital econômico distribuído pelo mundo.

Desta forma, esta pesquisa não possui o propósito de caracterizar um sistema econômico que atenda as perspectivas da sustentabilidade, mas sim discorrer, a partir dos pensamentos de Polanyi e Bourdieu, como o sistema capitalista é visto e sentido. Porém, a transformação que o sistema capitalista proporcionou à sustentabilidade, não é de todo espanto, haja vista que a esta não é a única vítima deste sistema econômico.

REFERÊNCIAS

BLAUWHOF, F. B. Overcoming accumulation: is a capitalist steady-state economy possible? **Ecological Economics**, v. 84, p. 254-261, 2012.

BOURDIEU, P. **O campo econômico**. Política & Sociedade, 6: 15-58 (tradução de “Le champ économique”. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 119: 48-66, 1997), 2005.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razoes práticas**: Sobre a teoria da ação. 9ªed. Campinas: Parirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **The Forms of Capital**. In: Mark Granovetter; Richardson Swedberg (Ed); the sociology of economic life. 3ª ed. Boulder, CO: Westview Press, 2011.

LEFF, H. Da insustentabilidade econômica à sustentabilidade ambiental. In: _____. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 19-33.

Lélé, S.M., **Sustainable development: a critical review**, *World Development*, Vol. 19 No. 6, pp. 607-621, 1991.

MACHADO, N. M. C. Karl Polanyi e o “Grande Debate” entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 1 (44), p. 165-195, abr. 2012.

O’CONNOR, J. **Es posible el capitalismo sostenible?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. Revisão técnica: Ricardo Benzaquen de Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SOUZA, J. C. S. de. **O romance-ensaio em Eça de Queirós**: estudo crítico sobre A ilustre casa de Ramires e A cidade e as serras. 2011. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO-FUNDAJ, 1994. p. 104-127.

WEBER, M. **A gênese do capitalismo moderno**. Organização, apresentação e comentários: Jesse Souza. Tradução: Rainer Domschke. São Paulo: Ática, 2006.